



PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES SOBRE ESTADO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL (SESSÃO TEMÁTICA 3: ESTADO, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS)

Gabriel Ancilotto Idu

Universidade Federal do ABC (UFABC) | idu.gabriel@ufabc.edu.br

Arlson da Silva Favareto

Cátedra Josué de Castro (USP) e Universidade Federal do ABC (UFABC) | arilson.favareto@ufabc.edu.br

Carolina Simões Galvanese

Universidade Federal do ABC (UFABC) | cgalvanese@gmail.com

Sessão Temática 3: Estado, planejamento e políticas públicas

Resumo: O planejamento territorial enfrenta desafios decorrentes das profundas transformações no capitalismo e do papel do Estado. O paradigma keynesiano moldou as formas de planejamento durante as três décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. No entanto, a afirmação do paradigma neoliberal leva a um enfraquecimento do Estado e a própria ideia de planejamento passa a enfrentar uma crise. Num contexto de crise neoliberal, temas incontornáveis como a crise ambiental e o aumento das desigualdades demandam uma reinvenção do planejamento, sem ancorar-se aos experimentos passados. O artigo integra uma agenda de pesquisa mais ampla, voltada a investigar as interdependências entre paradigmas de desenvolvimento, Estado e o planejamento territorial. A ideia central indica um processo de transição em curso, de crise do paradigma neoliberal e de emergência de algo novo, chamado indefinidamente na literatura como pós-neoliberalismo. Também são descritas as interdependências entre os paradigmas de desenvolvimento e os paradigmas de planejamento, e que a superação das crises depende da inserção do planejamento territorial neste momento emergente.

Palavras-chave: planejamento territorial; desigualdades; mudanças climáticas; campos científicos; desenvolvimento.

DEVELOPMENT PARADIGMS: REFLECTIONS ON STATE AND TERRITORIAL PLANNING

Abstract: *Territorial planning faces challenges arising from the profound transformations in capitalism and the role of the State. The keynesian paradigm shaped planning approaches during the three decades following World War II. However, the rise of the neoliberal paradigm weakened the State, leading to a crisis in the very concept of planning. In the current context of neoliberal crisis, inescapable issues such as the environmental crisis and increasing inequalities demand a reinvention of planning, without relying on past experiments. This article is part of a broader research agenda aimed at investigating the interdependencies between development paradigms, the State, and territorial planning. The central idea suggests an ongoing transition, marked by the crisis of the neoliberal paradigm and the emergence of something new, tentatively referred to in the literature as post-neoliberalism. It also highlights the interdependencies between development and planning paradigms, showing that overcoming contemporary crises requires incorporating territorial planning into this emerging moment.*

Keywords: territorial planning; inequalities; climate change; scientific fields; development.

PARADIGMAS DE DESARROLLO: REFLEXIONES SOBRE ESTADO Y PLANIFICACIÓN TERRITORIAL

Resumen: *La planificación territorial enfrenta desafíos derivados de las profundas transformaciones del capitalismo y del papel del Estado. El paradigma keynesiano moldeó las formas de planificación durante las tres décadas posteriores a la Segunda Guerra Mundial. Sin embargo, el surgimiento del paradigma neoliberal debilitó al Estado, lo que llevó a una crisis en la propia idea de planificación. En el contexto actual de crisis del neoliberalismo, temas ineludibles como la crisis ambiental y el aumento de las desigualdades exigen una reinención de la planificación, sin anclarse en experimentos pasados. Este artículo forma parte de una agenda de investigación más amplia, enfocada en investigar las interdependencias entre los paradigmas de desarrollo, el Estado y la planificación territorial. La idea central sugiere un proceso de transición en curso, marcado por la crisis del paradigma neoliberal y la emergencia de algo nuevo, denominado de manera indefinida en la literatura como posneoliberalismo. También se describen las interdependencias entre los paradigmas de desarrollo y los paradigmas de planificación, y se argumenta que la superación de las crisis contemporáneas depende de la incorporación de la planificación territorial en este nuevo momento emergente.*

Palabras clave: planificación territorial; desigualdades; cambio climático; campos científicos; desarrollo.

INTRODUÇÃO

Está em curso uma transição nas formas de analisar o planejamento e as políticas públicas, com a incorporação crescente de novas preocupações diante das transformações do capitalismo, do Estado e dos mercados. Aspectos como a dinâmica da financeirização (HARVEY, 2008), as práticas insurgentes (MIRAFTAB, 2016) e a construção de novas capacidades institucionais (GOMIDE e PIRES, 2014) são temas cada vez mais presentes nas pesquisas e publicações da área. Mas, parece correto afirmar que no campo do planejamento territorial (KLINK *et al.*, 2016; FAVARETO & LOTTA, 2022), ainda não existem paradigmas robustos para responder a muitos dos dilemas do desenvolvimento contemporâneo que acompanham ou estão por detrás dessas transformações (GALVANESE, 2018).

Os paradigmas de desenvolvimento se estabelecem em interdependência com as formas de planejamento. No período após a Segunda-Guerra mundial, com a ascensão do paradigma keynesiano há um fortalecimento do Estado como regulador das dinâmicas socioeconômicas. A partir da década de 1970, com a ascensão e consolidação do paradigma neoliberal ocorre movimento contrário, com um enfraquecimento de instrumentos que permitiam controlar e dirigir forças do mercado, resultando em esvaziamento e crise da própria ideia de planejamento (KONINGS, 2012).

Marcadamente após a crise financeira de 2008, desequilíbrios e contradições do neoliberalismo passam a ser percebidos de maneira inequívoca. Isso fica evidente no aumento das desigualdades (PIKETTY, 2012), com efeitos sobre o descrédito na democracia (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018), o acirramento das mudanças climáticas (IPCC, 2023).

A falta de respostas a esses desafios chave do século XXI tem aberto um debate em torno de um possível período de transição para novos paradigmas e estilos de desenvolvimento, o que vêm sendo cunhado como pós-neoliberalismo (MASON, 2016; DUMÉNIL & LÉVY, 2011). Mas ainda são enormes as controvérsias sobre o quão próximo ou distante o mundo contemporâneo está de um momento pós-neoliberal. O que é cada vez mais aceito é que há crises, expressa na falta de respostas para aqueles problemas globais incontornáveis já mencionados. E, com isso, há também iguais controvérsias a respeito de qual será a repercussão disso para a reinvenção de formas de planejamento, em geral, e de planejamento territorial, por extensão, em particular.

A demanda por uma reorientação nas práticas econômicas, como indicam figuras de destaque e instituições globais sinalizam a necessidade de uma redefinição estrutural do modelo vigente, abrindo espaço para novas abordagens (NOBRE, 2024). Se ainda não existe concretamente um novo paradigma que substitua o neoliberalismo, é certo que qualquer esforço para forjar paradigmas emergentes necessitará equacionar uma nova agenda capaz de fazer frente ao desafio da crise ambiental, do aumento das desigualdades, e da defesa da democracia. E nada disso será possível sem uma atenção para a dimensão territorial desses problemas. Afinal, problemas ambientais necessitam de soluções ecossistêmicas que são, por definição, adaptadas localmente; a desigualdade, tem nas assimetrias espaciais uma de

suas principais formas de manifestação; e as democracias dependem de engajamento de forças sociais que possam combinar interesses do centro e da periferia dos sistemas econômicos (GALVANESE, 2018).

Analisar processos de transição como este aqui indicado é uma tarefa difícil, pois ainda não estão consolidados processos que apenas começam a tomar forma. Mas é possível interrogar as condições de emergência de um novo paradigma, a partir do exame do movimento das ideias e das práticas. E uma das formas de fazer isso é revisitar o processo de emergência de paradigmas anteriores para, por contraste, buscar entender se e como alguns dos processos que permitiram a ascensão daquelas ideias e práticas estão presentes no tempo presente ou não e, em caso positivo, de que forma.

Na tradição positivista as ideias científicas surgem de aperfeiçoamentos constantes e pautados no ajustamento lógico de enunciados submetidos a teste empírico (POPPER, 2008). Mas a trajetória das ideias sobre o keynesianismo e suas variações, o neoliberalismo, e um possível pós-neoliberalismo evidenciam que não se trata de mero ajuste nas formas compartilhadas de compreender e analisar problemas. Há, é claro, um componente epistemológico, pois se trata de paradigmas baseados em teorias científicas, sobretudo no campo das ciências econômicas e sociais. O que ocorre é, sobretudo, saltos e maneiras concorrentes e contrastantes de conceber as formas de funcionamento das relações entre Estado, sociedade e mercados. A história e o desenvolvimento científico não ocorrem, pois, de forma linear e cumulativa, mas através de revoluções que resultam na substituição de paradigmas (KUHN, 2006) ou na competição entre eles. Esses momentos revolucionários surgem quando o paradigma vigente, que até então orienta as práticas “normais”, tornam-se incapazes de explicar determinadas anomalias. Essas anomalias, que são fenômenos inexplicáveis dentro do paradigma existente, geram insatisfações, levando a uma crise que pode culminar em uma revolução e a definição de um novo paradigma.

Kuhn, entretanto, explica as crises, mas não como se firmam os novos paradigmas. A sociologia e a antropologia da ciência (MERTON, 1979; LATOUR, 1994; BOURDIEU, 2003) dão pistas a esse respeito, quando afirmam que há injunções entre três dimensões, todas elas necessárias para explicar os movimentos de mudança no campo das ideias científicas: a dimensão epistemológica, pois se trata de (re)formulação de conceitos, métodos e teorias; a institucional, já que essa (re)formulação precisa se constituir em espaços como universidades, centros de pesquisa, associações científicas, publicações especializadas e afins; e societal, pois precisam estar lastreadas em processos mais amplos que tornem tais ideias aceitas e legitimadas socialmente.

Este artigo se inspira em movimentos analíticos similares feitos em outros trabalhos (FAVARETO, 2006; GALVANESE, 2018) para produzir uma primeira aproximação sobre como surgiram os paradigmas anteriores e quais seus efeitos para as práticas de planejamento e, com base nisso, formular hipóteses para o movimento atual de busca por um paradigma pós-neoliberal. Para isso, a primeira seção traça um panorama das metamorfoses dos paradigmas

de desenvolvimento a partir da década de 1940, com a emergência do paradigma keynesiano. Nesta seção, o foco estará no auge de um planejamento centralizado, marcado por intervenções do Estado, com base em uma economia industrial e um modelo de bem-estar social. Serão discutidas as condições econômicas e teóricas que sustentaram esse paradigma e os fatores que contribuíram para sua ascensão e crise.

Na seção seguinte será analisada a emergência do paradigma neoliberal, nos marcos de um capitalismo pós-industrial, com intensa revolução tecnológica e fim do Estado de Bem-Estar Social. É explorado como o planejamento estatal foi enfraquecido pela desregulamentação e flexibilização do mercado, levando a novas formas de articulação entre o Estado e as políticas públicas. A análise identificará os sinais de crise que desafiam este paradigma hegemônico e os indícios de novas abordagens.

A terceira seção investiga as transformações no campo do planejamento ao longo do século XX e XXI, analisando como mudanças nos paradigmas econômicos e políticos impactaram as práticas e abordagens do planejamento regional e urbano. Parte-se de uma reflexão sobre o papel do planejamento como resposta às crises e às demandas dos processos de desenvolvimento em cada época. Quanto ao período mais recente, ao explorar as diferentes abordagens – incluindo o planejamento insurgente e o retorno a variações de um neokeynesianismo –, o capítulo busca evidenciar a importância de um planejamento territorial renovado, capaz de fazer frente ao caráter multidimensional e multiescalar dos problemas contemporâneos, como ferramenta para enfrentar as crises do século XXI, em uma perspectiva pós-neoliberal. Por fim, a seção conclusiva deste artigo apresenta um balanço crítico da investigação, sintetizando os principais achados e suas implicações para o campo do planejamento territorial.

METAMORFOSES DO PARADIGMA KEYNESIANO

EMERGÊNCIA

A história do capitalismo é marcada por recorrentes crises. Eric Hobsbawm (1995) categoriza o início do século XX como 'Era da Catástrofe', em que guerras, revoluções, crises econômicas e políticas geraram alterações irreversíveis nas estruturas daquela sociedade. Já em 1944, Karl Polanyi definiu a gênese da crise que estabelece um corte entre a civilização do século XIX e do XX, pela implementação da ideologia do mercado autorregulado que levou à morte do liberalismo econômico. O início do século XX é também a consolidação de um modelo capitalista baseado na industrialização, que redefine a organização das estruturas econômicas e sociais.

Entre a crise de 1929 nos Estados Unidos e a implementação de uma série de programas, políticas públicas e reformas conhecidos como "*New Deal*", inicia-se a construção de um pacto entre Estado, trabalho organizado e capital. Este momento pode ser considerado um experimento sobre o modelo capitalista hegemônico do século XX e o que vem a ser o Estado

de Bem-Estar Social, preconizado por John Maynard Keynes, embasando grande parte do que viria a ser os anos de ouro do capitalismo. Limonic (2003) caracteriza o Estado neste período como:

“um demandador da indústria privada e um fornecedor de salários indiretos, com o objetivo de universalizar o consumo; o capital repassava ganhos de produtividade do trabalho aos salários (relação salarial fordista), buscando assim assegurar a estabilidade do sistema e, por fim, os sindicatos aceitavam a ordem capitalista, em troca de sua incorporação ao mundo do consumo.” (Limoncic, 2003, p. 24)

Porém, o período do “*New Deal*” norte-americano não é longo, e a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, uma nova crise econômica e social global se inicia. Para consolidar um novo modelo capaz de garantir estabilidade econômica, produtividade do trabalho e a hegemonia do modelo capitalista, foram elaborados os Acordos de Bretton Woods, realizados entre 1 e 22 de julho de 1944 no estado norte-americano de New Hampshire. Os acordos estabeleceram regras monetárias para a definição de um modelo econômico internacional entre a Europa Ocidental, Estados Unidos da América (EUA) e mais 40 outros países. Os acordos multilaterais, apesar de improváveis na época devido ao contexto do pós-guerra e os conflitos inerentes entre as nações envolvidas, aprovaram dois principais “*Articles of Agreement*” – um que institui o Fundo Monetário Internacional (FMI), e outro, que funda o Banco Mundial.

Os Acordos surgiram de um esforço conjunto para reestruturar a economia mundial após a Segunda Guerra Mundial e contou com a liderança de dois economistas que propuseram visões distintas de planos para alcançar tais ambições: John Maynard Keynes, inglês, e Harry Dexter White, estadunidense. Apesar de suas diferenças, ambos buscavam criar um sistema que evitasse as dificuldades econômicas enfrentadas no período entre guerras e, ao mesmo tempo, a promoção de uma estabilidade econômica global e a esperança de uma paz duradoura (BORDO e EICHENGREEN, 1993).

Keynes propôs um sistema baseado na criação de uma moeda internacional, o “*bancor*”, que seria gerido por um banco central supranacional. A ideia central do seu plano era expandir o comércio global e garantir uma ampla liquidez para os países em dificuldades econômicas. A moeda *bancor* seria lastreada em ouro, e os bancos centrais nacionais teriam suas moedas vinculadas a essa unidade internacional, o que facilitaria o equilíbrio das balanças de pagamento e promoveria a estabilidade monetária entre os países. Essa proposta refletia a necessidade de a Inglaterra ter acesso a fundos para estimular a recuperação econômica e evitar políticas de austeridade.

Por outro lado, o plano de Harry Dexter White, refletindo os interesses dos Estados Unidos, enfatizava a estabilidade das taxas de câmbio e uma abordagem mais cautelosa em relação à provisão de liquidez internacional. White propôs a criação do “*United Nations Stabilization Fund*”, um fundo onde cada país membro contribuiria com uma cota em ouro e em sua própria moeda. Essa abordagem, embora também visasse a estabilização da economia global,

colocava menos foco na expansão generosa da liquidez e mais na manutenção da estabilidade cambial (BORDO e EICHENGREEN, 1993). O plano americano buscava assegurar que os fluxos de capital fossem geridos de forma a não comprometer a hegemonia econômica dos Estados Unidos.

A posição americana prevaleceu nas negociações de Bretton Woods, sobretudo pela nova configuração de poder global, em que, após este período, os Estados Unidos emergiram da Segunda Guerra como a maior potência econômica global, com vastas reservas de ouro e uma infraestrutura industrial intacta e fortalecida. Em contraste, a Inglaterra, que havia esgotado grande parte de seus recursos na guerra, encontrava-se endividada, incluindo uma dívida significativa para com os Estados Unidos. Assim, o desequilíbrio de poder entre as duas nações se refletiu na adoção de um sistema que consolidava o dólar americano como a principal moeda de referência global (BORDO e EICHENGREEN, 1993).

O sistema resultante dos Acordos de Bretton Woods foi marcado pela criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que hoje faz parte do Banco Mundial. Essas instituições desempenharam papéis centrais para a regulação da economia global, garantindo empréstimos e assistência financeira para equilibrar as balanças de pagamento dos países-membros. O dólar americano, vinculado ao ouro, tornou-se a moeda de reserva mundial, consolidando a hegemonia econômica dos Estados Unidos. Embora o plano de Keynes tivesse elementos de maior cooperação internacional, a preponderância econômica e política dos Estados Unidos na época definiu o modelo que prevaleceria nas décadas seguintes (BORDO e EICHENGREEN, 1993).

Ao estabelecer as regras para a reorganização das relações econômicas globais, esse paradigma combinou a visão pragmática dos Estados Unidos, que priorizava a estabilidade e o controle financeiro, com a necessidade de reconstrução das economias devastadas pela guerra. Os resultados do alinhamento entre as nações do norte-global foram responsáveis por fundamentar um ambiente propício para o crescimento econômico e a implementação de políticas de pleno emprego, características fundamentais dos ideais keynesianos, que marcam o Estado de Bem-Estar Social. Os Acordos de Bretton Woods simbolizaram a emergência de um novo paradigma de desenvolvimento, que moldaria profundamente as décadas subsequentes.

Nos 25 anos subsequentes (1945-1970), o paradigma keynesiano reestruturou as dinâmicas de produção e das atividades econômicas, em contraposição aos ideais neoclássicos hegemônicos até então. Neste contexto, o Estado assumia um papel central como regulador, mediando as forças de mercado e assegurando o acesso a políticas sociais para a população. Os tipos de planejamento existentes eram principalmente orientados por essa perspectiva, a partir da intervenção ativa do Estado para garantir a estabilidade e crescimento econômico, promover o pleno emprego, e, portanto, fomentar o desenvolvimento por meio de investimentos em infraestrutura e bem-estar social.

No campo do desenvolvimento coexistem diversas abordagens, cada uma com seus defensores e fundamentos teóricos. Muitas delas passaram a utilizar o paradigma keynesiano como base para novas formas de política e planejamento. Na América Latina, por exemplo, destaca-se as abordagens histórico-estruturalistas, marcado por figuras como Raul Prebisch, Celso Furtado e Anibal Pinto. Este grupo de pensadores se opôs ao paradigma "neoclássico" das vantagens comparativas, visão predominante no final do século XIX e início do XX e adicionaram novas perspectivas para o paradigma keynesiano, por não apenas adaptá-lo ao contexto latino-americano, mas guiando formas de planejamento e políticas multiescalares, sendo marcado pela instituição da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) a partir de 1948.

É importante ressaltar que as bases teóricas e práticas que orientaram o mundo pós-guerra influenciou diversos campos para a consolidação de estruturas institucionais, políticas e científicas para se pensar o desenvolvimento. É a partir deste período que o Estado passa a ter um poder para garantir a implementação de políticas de bem-estar social e uma redistribuição de riqueza, que devido às condições históricas, foram essenciais para sustentar a estabilidade econômica e política, criando um ambiente favorável ao crescimento e à coesão social durante a "era de ouro do capitalismo". Na América Latina esse receituário foi posto em prática apenas parcialmente, pois em muitos países as ditaduras militares puseram um fim a um ciclo de modernização induzido pela ideia de substituição de importações. Em especial, a dimensão redistributiva, que no Brasil tomava forma, por exemplo, nas chamadas reformas de base, não foram adotadas. Políticas de desenvolvimento regional e de indução da atividade econômica, sim.

CRISE

A transição do paradigma keynesiano para o neoliberalismo não ocorreu de maneira abrupta, mas foi marcada por um período de transformações graduais. Um fator determinante para esse processo foi a divisão interna entre os próprios keynesianos, especialmente em relação à distribuição de renda. Thomas I. Palley (2004) aponta que essa fragmentação foi fundamental para o enfraquecimento do keynesianismo e a subsequente ascensão do neoliberalismo. De um lado, os keynesianos norte-americanos, conhecidos como neokeynesianos, começaram a adotar o princípio neoliberal de que os rendimentos são justificados pelo valor produtivo do trabalho – o princípio de "*paid what you are worth*." Por outro lado, os keynesianos europeus, amplamente ligados à escola de Cambridge, no Reino Unido, rejeitavam essa interpretação, defendendo uma visão mais crítica sobre as dinâmicas de distribuição de renda. Essa divergência entre as abordagens norte-americana e inglesa criou uma brecha no pensamento keynesiano, levando a uma crise de legitimidade aliada a condições históricas que, gradualmente, enfraqueceram o consenso numa lógica interna, assim como também abriu caminho para a difusão de ideais alternativos – o neoliberalismo.

Paul Krugman (1991) descreve como no período pós-industrial do capitalismo, não existe mais a necessidade de incorporação crescente de pessoas e regiões ao processo produtivo

como meio para sua expansão, como havia ocorrido durante o capitalismo industrial, apoiado na produção de bens de consumo de massas. Nancy Fraser (2022) complementa essa visão ao destacar que, na dinâmica atual, o capitalismo contemporâneo se desvinculou da necessidade de participação massiva da força de trabalho para sustentar seus processos produtivos. Essa nova configuração reflete um rompimento entre trabalho e as condições de reprodução da força de trabalho. Esses fatores ajudam a esclarecer a relação entre as bases materiais dessa fase do capitalismo (HARVEY, 2008), o aumento das desigualdades (PIKETTY, 2014; STIGLITZ, 2011) e a crise das democracias (PRZEWORSKI, 2020).

A produção de desigualdades tornou-se característica intrínseca à acumulação capitalista contemporânea, fortalecendo o descrédito da sociedade civil com a legitimidade do Estado, sendo traduzido no esgarçamento da coesão social e instabilidade democrática. Diante desse cenário, a ascensão do neoliberalismo preencheu o vácuo deixado pela desintegração do keynesianismo, promovendo uma nova lógica de acumulação que exacerbou as desigualdades e enfraqueceu o papel do Estado como regulador social.

METAMORFOSES DO PARADIGMA NEOLIBERAL

EMERGÊNCIA

Thomas Piketty (2020) analisa que a crise civilizatória do século XIX, conforme também apontado por Polanyi (2016), foi desencadeada pela adoção da ideologia do mercado autorregulado. No entanto, o autor indica que essa crise foi apenas temporariamente contida, pois havia um crescente temor de abordagens totalitárias e coletivistas. Foi nesse contexto que o discurso do que mais tarde seria conhecido como "neoliberalismo" começa a emergir. Em Paris, 1938, o Colóquio Walter Lippmann foi essencial para a reorganização e renovação do pensamento liberal contemporâneo, e, em menos de uma década, a Sociedade Mont Pèlerin fundada por Friedrich Hayek e Milton Friedman organiza-se para a promoção da globalização deste modelo.

O período de consolidação do pensamento neoliberal moderno é ligado a *Chicago School of Economics* que consolidou os conceitos dos mercados como reguladores da sociedade – pela sua eficiência supostamente inigualável na alocação ótima de recursos escassos –, a priorização do indivíduo como unidade básica de funcionamento do sistema econômico, e, uma busca pela minimização do Estado, se contrapondo aos fatores que marcaram paradigma keynesiano e o período do Estado de Bem-Estar Social (PALLEY, 2004). Entre os maiores expoentes do pensamento neoliberal, destaca-se Milton Friedman, um dos líderes intelectuais da escola de Chicago que rejeita o keynesianismo em favor do monetarismo e as expectativas racionais dos agentes econômicos.

A austeridade, a financeirização, a intensa globalização e o favorecimento da propriedade privada são pressupostos teóricos para novas formas de planejamento, marcados pela implementação de políticas que buscam pela ausência de controle sobre o sistema de

mercados. No neoliberalismo, a rota ótima para a prosperidade passa pelos indivíduos buscando por interesses particulares, e o mercado é a única via de expressão destes interesses. Em resumo, deve haver uma minimização do Estado para que o mercado possa ser o principal regulador da sociedade (HARVEY, 2008).

A consolidação do paradigma neoliberal também envolveu uma transformação nas relações sociais, que foram reorganizadas em torno do mercado como principal ferramenta de organização econômica e social. O ideário neoliberal promoveu uma subjetividade baseada no individualismo radical e na crença de que o sucesso pessoal dependia da competição no mercado. Como apontam Djelic e Mousavi (2020), a globalização desse paradigma foi reforçada por redes transnacionais de *think tanks*, como a Atlas Organization, que semearam grupos de reflexão neoliberais ao redor do mundo, influenciando a opinião pública e moldando o discurso político. A legitimação cultural do individualismo e a rejeição à ação coletiva, exacerbadas pelo contexto da Guerra Fria, solidificaram o papel do mercado como mecanismo central de regulação social e econômica.

Na América Latina, o principal marco de implementação do paradigma neoliberal foi a ditadura de Augusto Pinochet em 1973. Receituário similar seria aplicado por Margaret Thatcher no Reino Unido a partir de 1979 e por Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1981. Progressivamente o neoliberalismo passou a ser o modelo hegemônico na ordem econômica e social dos países capitalistas, com formas de organização do Estado austeras e a afirmação ideológica do primado da liberdade dos indivíduos.

Os países em desenvolvimento, em especial na América Latina, tiveram suas agendas econômicas dominadas pelo modelo neoliberal estadunidense a partir do Consenso de Washington em 1989, elaborado pelo FMI, Banco Mundial e o Tesouro dos Estados Unidos da América, definiu um pacote de recomendações de modelos de planejamento econômico e estatal direcionados para economias emergentes, em busca da contenção da crise de endividamento. Palley (2004) classifica as medidas deste período pela desregulação dos mercados financeiros, privatizações, enfraquecimento de instituições, da proteção social, dos sindicatos de trabalhadores, do enfraquecimento do Estado, e, o abandono das metas de pleno emprego, em contraposição absoluta ao paradigma keynesiano. O Consenso de Washington demonstrou-se falho, por não apenas diminuir consideravelmente o crescimento econômico nos países em desenvolvimento, mas pela acentuação de desigualdades e fortalecer o modelo “neoeextrativista” na América Latina (SVAMPA, 2019).

Porém, como Harvey (2008, p. 44) indica, o Estado neoliberal parece uma forma política de transição, ou, com alguma instabilidade intrínseca. Esta característica e as múltiplas crises atuais parecem remeter a uma possibilidade cada vez maior de buscar formulações para o que deveria vir a ser uma nova forma de desenvolvimento alternativa ao neoliberalismo.

CRISE

No início do século XXI o capitalismo em seu paradigma neoliberal passa por crises financeiras subsequentes, aliado a uma espécie de estagnação econômica generalizada. Como Tauss (2012) lista, a crise da poupança e empréstimo (início dos anos 1990), crise financeira asiática (1997/1998), e, a mais impactante crise financeira de 2008 com início nos Estados Unidos.

Em 15 de setembro de 2008 o banco norte-americano Lehman Brothers quebra, iniciando uma crise econômica globalizada, que se intensifica numa crise social, dando origem a um mal-estar generalizado e revoltas populares ao redor do mundo. A crise de 2008 leva a grande crise de legitimidade do neoliberalismo (PECK, THEODORE e BRENNER, 2012), que afeta profundamente economias nacionais, como as da Islândia, Hungria e Grécia. O impacto não foi unicamente econômico, mas também político e social, com uma perda de confiança na democracia e no papel das instituições.

É certo que a crise de 2008 foi um fator determinante para uma deslegitimação do neoliberalismo em diversas dimensões, com a literatura indicando uma possível transição para um "pós-neoliberalismo" de forma acentuada (MACDONALD e RUCKERT, 2009; KALTWASSER, 2011; HARRISON, 2010). Um novo modelo de desenvolvimento que venha a ser hegemônico, necessitar estar apto para responder aos desafios de sociedades cada vez mais marcadas por desigualdades e simultaneamente apoiado em formas sustentáveis de produção.

Como colocado em Davies e Gane (2021), o 'pós-neoliberalismo' não pode ser referido como algo exclusivo para um período após o neoliberalismo, mas assim como em outros paradigmas, emerge de racionalidades, críticas, movimentos e reformas que partem da raiz da sociedade neoliberal e passam a enfraquecer os pilares da razão, política e formas de planejamento.

Conforme analisa Marcos Nobre (2024), diversas instituições de grande relevância para a economia mundial têm manifestado a necessidade de uma alternativa ao neoliberalismo. Em 2020, Klaus Schwab, fundador do Fórum Econômico Mundial, afirmou que "temos que deixar para trás o neoliberalismo na era pós-COVID", sinalizando uma ruptura com as políticas econômicas predominantes nas últimas décadas. No mesmo ano, Kristalina Georgieva, diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), enfatizou a necessidade de uma transformação estrutural ao declarar que "hoje, estamos diante de um novo 'momento' Bretton Woods". Em fevereiro de 2023, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, também reforçou essa perspectiva ao afirmar que "é tempo de um novo Bretton Woods". Segundo Nobre, essas declarações refletem o entendimento de que o contexto atual é marcado por uma crise que exige a formulação de um novo paradigma de desenvolvimento, que deve ser implementado por meio da ação coordenada de Estados e instituições de forma a demandar novas políticas, assim como por novas formas de planejamento econômico e social.

A crise do paradigma neoliberal não apenas abala as bases das políticas econômicas e sociais globais, mas também têm implicações diretas para a teoria e a prática do planejamento. O questionamento das lógicas de mercado, a deslegitimação de abordagens centradas na competitividade territorial e a emergência de novas formas de organização econômica e política exigem uma reavaliação das ferramentas e estratégias de planejamento. É nesse contexto que o planejamento passa por metamorfoses, refletindo as transformações no capitalismo e no papel do Estado, e busca se adaptar para enfrentar os desafios contemporâneos, como as desigualdades e a crise climática. A próxima seção explora como essas dinâmicas influenciaram a evolução das práticas de planejamento ao longo dos séculos XX e XXI.

METAMORFOSES DO PLANEJAMENTO

O campo do planejamento é interdisciplinar, com foco na solução de problemas, e altamente influenciado pelas condições históricas e territoriais específicas, sendo possível identificar em cada momento histórico, formas e instrumentos diferentes para se planejar.

No auge das ideias neoclássicas e de consolidação de um capitalismo industrial, a teoria do desenvolvimento regional enfatizou a concentração urbana como um fator chave para a eficiência econômica e o crescimento regional, seja como mercado para a produção agrícola, como proposto por Von Thunen, ou como foco das economias de aglomeração, segundo Alfred Marshall. Esse pensamento foi aprofundado no início do século XX com contribuições de Alfred Weber, Walter Christaller e August Losch, que reforçaram a centralidade da cidade como ponto estratégico para o desenvolvimento econômico. No entanto, a prática do planejamento urbano, enquanto resposta institucional a crises, especialmente no contexto europeu, ganhou força após a Segunda Guerra Mundial.

PLANEJAMENTO NO PARADIGMA KEYNESIANO

Segundo Frank et al (2014), o papel do planejamento advém de crises, tendo como exemplo a proliferação de programas acadêmicos específicos de planejamento na Europa no pós-guerra. Batey (1985) analisa o aumento da demanda por planejadores neste período no Reino Unido, em que o Estado por meio do "*Town and Country Planning Act*", em 1947, passava por um grande programa de reconstrução nacional, para isso, em diversos condados, foram implementados departamentos de planejamento voltados para o controle do uso do solo e planos de desenvolvimento.

A "Era das Catástrofes" (HOBSEAWM, 1995) da primeira metade do século XX havia elevado o custo social das guerras, crises e colapsos econômicos, de forma que as perspectivas de um desenvolvimento isolado do Estado tornaram-se improváveis. Passa a prevalecer a lógica da concorrência imperfeita, em que as disparidades regionais e sociais não seriam naturalmente corrigidas pelo sistema de mercados. Com a ascensão do paradigma

keynesiano, o planejamento é marcado pela intervenção estatal, integrando novos elementos entre o crescimento econômico e o pleno emprego (GALVANESE, 2018).

Neste período, as crises deveriam ser evitadas para se afastar da possibilidade de um acentuamento de fraturas nas estruturas socioeconômicas que poderiam ser transformados em conflitos e riscos (FAVARETO e LOTTA, 2022). Autores clássicos do desenvolvimento neste período, como Myrdal (1957) e Hirschman (1958), demonstraram a inércia na reprodução de desvantagens entre regiões. Na América Latina, o pensamento histórico-estruturalista ganha força pela instituição da CEPAL e o trabalho primoroso de seus fundadores, que indicavam a condição de subdesenvolvimento dos países do sul não era algo transitório, e sim resultado de um bloqueio estrutural (FAVARETO e LOTTA, 2022).

Neste contexto, o planejamento no Brasil tem como exemplo a busca pelo maior equilíbrio das disparidades regionais e sociais por meio de ações centralizadas, exemplificados pela criação de instituições como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que buscava o fomento ao desenvolvimento numa região de altas desigualdades. A SUDENE articulou políticas voltadas à modernização produtiva, construção de infraestrutura e atração de investimentos, priorizando setores estratégicos como a agricultura irrigada e a industrialização.

Outro exemplo significativo são os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), elaborados durante os governos militares entre 1972 e 1979. Esses planos, divididos em PND I e PND II, foram orientados por uma visão desenvolvimentista, com foco na ampliação da infraestrutura, na expansão do mercado interno e na integração nacional por meio de grandes obras, como a construção de rodovias, usinas hidrelétricas e portos. Além disso, as políticas de colonização da Amazônia, intensificadas nesse período, visavam não apenas integrar a região à economia nacional, mas também exercer controle territorial estratégico sobre uma área considerada fundamental para a soberania do país.

As abordagens deste período começaram a ser amplamente questionadas a partir das décadas de 1970 e 1980, com a crise do keynesianismo e a ascensão do paradigma neoliberal. Passa a existir uma transição do foco de políticas centralizadas para uma lógica de mercado, fator que não apenas enfraquece o papel do Estado como coordenador do desenvolvimento regional, mas também subordinou a ação pública às dinâmicas do capital global.

PLANEJAMENTO NO PARADIGMA NEOLIBERAL

No paradigma neoliberal, principalmente a partir da década de 1990, o planejamento passou a privilegiar a competitividade entre territórios (GALVANESE, 2018). O foco deslocou-se para a atração de investimentos e para a flexibilidade dos mercados, com uma ênfase menor na correção das desigualdades regionais. Neste cenário, o planejamento tornou-se descentralizado, com maior destaque para a escala local e a autonomia de municípios e governos locais na formulação e implementação de políticas públicas, enquanto o papel do Estado como coordenador central do desenvolvimento regional foi reduzido.

No caso da América Latina, o Consenso de Washington, sob a hegemonia do neoliberalismo, redefiniu a agenda dos Estados, substituindo políticas desenvolvimentistas e de livre-mercado que prevaleceram por décadas por um enfoque em austeridade e na primazia do mercado como regulador das dinâmicas sociais (FERNANDEZ, 2021). Assim, o planejamento passou a refletir a lógica de mercado, moldando as intervenções estatais de acordo com essa nova realidade.

As transformações no capitalismo, nos Estados e nas formas de planejamento reforçam a necessidade de compreender como, em meio às crises do paradigma neoliberal, surgem novas alternativas de desenvolvimento. Essas alternativas, independentemente do campo econômico em que se inserem, devem buscar um equilíbrio entre eficiência econômica, justiça social e ambiental, especialmente diante das crises globais atuais, que demandam um planejamento mais inclusivo e sustentável.

Conforme destacado por Galvanese (2018, p. 74), novas abordagens de planejamento, como o planejamento estratégico e o novo regionalismo, ganham destaque no contexto do paradigma neoliberal. O planejamento estratégico, inspirado em modelos empresariais, adota a lógica de mercado, transformando os territórios em competidores no cenário global. Já o novo regionalismo promove a formulação de planos estratégicos locais que busquem alinhar os territórios às demandas da economia global, tornando-os atrativos para o capital privado por meio da criação de ambientes cooperativos e especializados, com inspiração em modelos como a Terceira Itália e as cidades globais. Nessas abordagens, a especialização produtiva e as vantagens competitivas se tornam elementos centrais na estratégia de desenvolvimento.

Entretanto, essas abordagens possuem limitações. Uma das principais críticas está na concepção dos territórios como polos passivos de expansão do capital, subordinados às dinâmicas econômicas globais, o que muitas vezes desconsidera as especificidades locais e regionais. Esse enfoque prioriza a integração internacional e a intensificação da competitividade em detrimento de um entendimento mais amplo das dinâmicas territoriais preexistentes. A lógica de atratividade para o investimento privado tende a reforçar desigualdades regionais, já que favorece territórios com maior potencial econômico enquanto marginaliza áreas consideradas "menos competitivas".

Em resposta às constantes crises do neoliberalismo, outras abordagens emergem, e se apoiam tanto no descrédito à democratização do Estado aliado a uma crítica à incorporação de abordagens participativas de políticas públicas. Em especial, o planejamento insurgente, que critica os limites de conselhos, audiências e consultas, assim como a necessidade de ir além das "normas e confinamentos" do Estado (MIRAFETAB, 2016, p. 369). Nesta vertente, o Estado é um legitimador de processos de tomada de decisão que reproduzem as desigualdades, de forma que esta abordagem busca por uma indução "*bottom-up*" para uma ruptura com este modelo.

O planejamento insurgente também se fundamenta em uma perspectiva de imaginação de futuros alternativos, com a incorporação de valores humanizados ao planejamento, que se

descole das práticas hegemônicas. Miraftab (2016) propõe a incorporação das crises ao planejamento para pensar novas formas de organização social e acesso à cidade.

Como apontado em Favareto e Lotta, no entanto, a ideia de insurgência baseia-se numa lógica para além dos Estados e mercados; a insurgência “sempre se faz contra algo - nesse caso, o Estado e seus mecanismos” (2022, p. 22). Isso cria um problema, pois é inconcebível um novo paradigma de desenvolvimento sem o Estado e seu papel redistributivo e coordenador. Diante da brutalidade das desigualdades e do agravamento da emergência climática, é inviável esperar que crises planetárias aguardem uma transformação sistêmica indefinida. Assim, a insurgência apresenta uma perspectiva crítica que merece ser retida no que diz respeito aos usos do Estado e do planejamento como formas de reprodução social do capital, mas carrega dificuldades em instrumentalizar formas de atuação do Estado e de coordenação entre atores para responder de forma renovada as demandas do desenvolvimento contemporâneo.

Por outro lado, existem abordagens que sugerem uma possível retomada do paradigma keynesiano, com o simples retorno de um Estado centralizador e regulador. No entanto, o contexto atual do capitalismo globalizado é profundamente distinto daquele que permitiu o surgimento e consolidação do keynesianismo no século XX. Além disso, a crescente fragilidade das democracias e o fortalecimento de governos autoritários e de extrema-direita ao redor do mundo colocam em dúvida a capacidade dos Estados modernos de enfrentar novas crises democráticas e econômicas com o mesmo sucesso do passado. A simples aplicação de soluções do século XX às crises do século XXI ignora as transformações estruturais pelas quais o capitalismo e as sociedades contemporâneas passaram (FAVARETO & LOTTA, 2022; GALVANESE, 2018).

Por fim, a crescente aceitação da necessidade de uma transição ecológica é uma urgência que ultrapassa o campo científico, mas o ritmo dessas mudanças permanece lento, especialmente em face da urgência da crise climática. O que se torna claro é que uma concertação internacional é imprescindível para viabilizar uma transição ecológica eficaz, com o apoio de um financiamento globalizado para o desenvolvimento e implementação de novas tecnologias sustentáveis (NOBRE, 2024). Essa transição precisa ir além de soluções puramente tecnológicas, demandando um planejamento que considere a complexidade territorial, as multiescalaridades e as multidimensionalidades das crises do século XXI. Ignorar essas dimensões pode resultar em políticas fragmentadas que não conseguem capturar as especificidades locais e regionais nem lidar adequadamente com os desdobramentos globais das crises ambientais, sociais e econômicas.

Um planejamento que reconheça essas interseções é crucial para articular respostas que contemplem as diferenças entre territórios, suas capacidades e vulnerabilidades, e que promovam uma articulação entre as dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais. Assim, é necessário que a transição ecológica seja construída com base em modelos que levem em conta tanto a dinâmica local quanto as pressões globais, e, simultaneamente,

reduza desigualdades estruturais que definem o cenário global atual. Dessa forma, o planejamento territorial apareceria como uma ferramenta fundamental para mediar a relação entre o desenvolvimento sustentável, as realidades múltiplas, sistêmicas e complexas dos territórios, garantindo que a transição para um novo paradigma de desenvolvimento pós-neoliberal tome como princípio a importância da multidimensionalidade das dinâmicas territoriais.

CONCLUSÃO

As crises dos paradigmas de desenvolvimento se articulam com as transformações no planejamento, e isso nos ajuda a compreender o papel do planejamento num possível contexto pós-neoliberal. A análise das dimensões epistemológicas, institucionais e sociais pode revelar as condições necessárias para a consolidação de um novo paradigma de desenvolvimento e suas implicações para o planejamento.

Desta forma, primeiramente, examinamos os processos de emergência, consolidação e crise dos paradigmas keynesiano e neoliberal, destacando os contextos históricos, sociais e econômicos que os moldaram. Em seguida, analisamos como a crise do neoliberalismo sinaliza a abertura para a emergência de um paradigma embrionário pós-neoliberal, refletindo sobre os desafios e oportunidades que isso apresenta para o planejamento. Por fim, exploramos como o campo do planejamento se metamorfoseou ao longo dessas mudanças paradigmáticas, demonstrando como cada período trouxe novas abordagens, ferramentas e pressupostos alinhados às demandas de seus respectivos modelos de desenvolvimento.

A principal conclusão deste trabalho consiste em demonstrar como está em curso um processo de transição, com desfecho ainda incerto, de crise do paradigma neoliberal e de emergência de algo novo, por hora ainda chamado de maneira indefinida na literatura como pós-neoliberalismo. O artigo mostra também como sempre houve interdependências entre os paradigmas de desenvolvimento e os paradigmas de planejamento. E, por fim, indica que não será possível superar aspectos cruciais das crises contemporâneas sem que o planejamento territorial seja parte importante deste novo momento emergente.

Este artigo faz parte de uma agenda de pesquisa mais ampla, desenvolvida no contexto de uma dissertação de mestrado, que visa aprofundar a análise das dimensões epistemológicas, institucionais e societárias para compreender as condições que possibilitam a emergência de ideias e práticas pós-neoliberais. Ao investigar as crises dos paradigmas de desenvolvimento, o estudo irá demonstrar como essas transformações se articulam com o campo do planejamento territorial, explorando as condições de novos caminhos diante do esgotamento do modelo neoliberal.

REFERÊNCIAS

- BATEY, P. W. J. Postgraduate planning education in Britain. **The Town Planning Review**, 1985.
- BORDO, M. D.; EICHENGREEN, B. **A Retrospective on the Bretton Woods System: Lessons for International Monetary Reform**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1993.
- BOURDIEU, P. **Os Usos Sociais da Ciência - Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2003.
- DAVIES, W.; GANE, N. Post-Neoliberalism? An Introduction. **Sage Journals**, 15 September 2021.
- DJELIC, M.-L.; MOUSAVI, R. How the Neoliberal Think Tank Went Global: The Atlas Network, 1981 to Present. In: PLEHWE, D.; SLOBODIAN, Q.; MIROWSKI, P. **Nine Lives of Neoliberalism**. [S.l.]: Verso, 2020. Cap. 10, p. 257-282.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **The Crisis of Neoliberalism**. Cambridge and London: Harvard University Press, 2011.
- FAINSTEIN, S. S.; CAMPBELL, S. **Readings in Planning Theory**. 3ª. ed. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2011.
- FAVARETO, A. D. S. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial. **Tese de Doutorado**, São Paulo, 10 mar. 2006.
- FAVARETO, A. D. S. DA, A LONGA EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO RURAL-URBANO: PARA ALÉM DE UMA ABORDAGEM NORMATIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL. **Ruris**, Março 2007.
- FAVARETO, A.; LOTTA, G. A Longa Evolução das Ideias sobre Estado, Políticas Públicas e Territórios – Para Além das Políticas e Abordagens Territorialmente Cegas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 2022.
- FERNANDEZ, R. G. South America in the Twenty-First Century: Twenty Years on a Roller Coaster. **Journal of Economic Issues**, 2021.
- FRANK, A. I. et al. Educating planners in Europe: A review of 21st century study programmes. **Progress in Planning**, 2014. 30-94.
- FRASER, N. **Cannibal capitalism: how our system is devouring democracy, care, and the planet and what we can do about it**. Londres: Verso, 2022.

GALVANESE, C. S. **Paradigmas do planejamento territorial em debate: contribuições críticas a um campo científico emergente**. Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo. 2018.

GOMIDE, A. D. Á.; PIRES, R. R. C. **Capacidades Institucionais e Democracia: Arranjos Institucionais de Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2014.

HARRISON, G. Post-neoliberalism? **Review of African Political Economy**, 2010.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo - História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos: O breve século XX 1914 - 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGBP. Climate Change Index. **International Geosphere-Biosphere Program (IGBP)**, 2013. Disponível em: <<http://www.igbp.net/globalchange/climatechangeindex.4.56b5e28e137d8d8c09380002241.html>>. Acesso em: 28 Abril 2024.

IPCC. **MUDANÇA DO CLIMA 2023 Relatório Síntese**. UNEP. Geneva. 2023.

KALTWASSER, C. R. Toward post-neoliberalism in Latin America? **Latin American research review**, 2011. 225-234.

KLINK, J. J. et al. O campo e a práxis transformadora do planejamento: Reflexões para uma agenda brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, Dezembro 2016.

KONINGS, M. Neoliberalism & the State. **Alternate Routes: A Journal of Critical Social Research**, 2012.

KRUGMAN, P. Increasing returns and Economic Geography. **Journal of Political Economy**, 1991. 483-499.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 9ª. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 5ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

LIMONCIC, F. Os inventores do New Deal: Estado e sindicato nos Estados Unidos dos anos 1930. **Tese de Doutorado**, Rio de Janeiro, 2003.

MACDONALD, L.; RUCKERT, A. **Post-neoliberalism in the Americas: An introduction**. [S.l.]: Palgrave Macmillan UK, 2009.

MASON, P. **Postcapitalismo - Hacia un Nuevo Futuro**. Bogotá: Editora Planeta Colombiana S.A., 2016.

MCNEILL, J. R.; ENGELKE, P. **The Great Acceleration: An Environmental History of the Anthropocene since 1945**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

MERTON, R. K. **The Sociology of Science**. Chicago: The University of Chicago Press, 1979.

MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Conferência de Abertura do IV World Planning Schools Congress**, Rio de Janeiro, 2016.

MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdeveloped Regions**. London: Gerald Duckworth, 1957.

NOBRE, M. O que vem depois do neoliberalismo? A armadilha neoextrativista do Sul Global pode ser uma oportunidade para renovar a teoria da dependência. **Revista Piauí**, 2024. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-que-vem-depois-do-neoliberalismo/>>. Acesso em: 09 Novembro 2024.

PALLEY, T. I. From Keynesianism to neoliberalism: Shifting paradigms in economics. **Neoliberalism: A critical reader**, 2004.

PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. Mal-estar no pós-neoliberalismo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 2012. 59-78.

PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, T. **Capital e Ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

PIKETTY, T. **Uma Breve História da Igualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**. 1ª. ed. [S.l.]: Edições 70, 2016.

POPPER, K. R. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 2008.

PRZEWORSKI, A. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

ROCKSTRÖM, J. et al. A safe operating space for humanity. **Nature** **461**, 2009. 472–475.

SANTOS, F. L. B. D. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998 - 2016)**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

STIGLITZ, J. **The price of inequality: how today's divided society endangers our future**. [S.l.]: W. W. Norton & Company, 2011.

SVAMPA, M. **As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina: Conflitos Socioambientais, Giro Ecoterritorial e Novas Dependências**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

TAUSS, A. Contextualizing the Current Crisis: Post-fordism, Neoliberal Restructuring, and Financialization. **Colombia Internacional**, 2012.

VEIGA, J. E. D. A Ciência da Sustentabilidade. In: NASCIMENTO, P. D.; FONSECA, F. **Temas Intangibles sobre el Medio Ambiente en América Latina**. Lima: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2019. p. 37-54.